

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

**PROCESSO Nº: 10.584/2012**

**ASSUNTO: TOMADA DE CONTAS ANUAL**

**PARECER Nº: 0834/2015-CF**

**EMENTA:** Tomada de contas anual – TCA. Região Administrativa de Ceilândia – RA IX. Exercício financeiro de 2011. Exame inicial. Contas regulares e regulares com ressalvas. **Parecer divergente. Necessidade de reinstrução pela unidade técnica.**

Tratam os autos da Tomada de Contas Anual – TCA dos ordenadores de despesas, agentes de material e demais responsáveis da Região Administrativa de Ceilândia – RA IX, referente ao exercício financeiro de 2011.

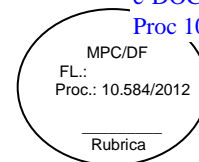
2. Os responsáveis por estas contas, indicados na Informação 193/2015 – SECONT/3ªDICONT (fls. 194-204), foram os seguintes:

**ORDENADORES DE DESPESAS E DEMAIS RESPONSÁVEIS**

NOME	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO (2011)
Aridelson Sebastião de Almeida	Administrador Regional	1.1 a 31.12
Jenei Alves Cardoso	Diretor de Administração Geral	1.1 a 03.03
Djacir Jonas da Silva	Diretor de Administração Geral	4.3 a 31.12
Sônia Maria Rodrigues	Diretora de Administração Geral – Substituta	21.11 a 25.11 e 26.12 a 31.12

**AGENTE DE MATERIAL**

NOME	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO (2011)
Weberson de Barro Franco	Chefe do Núcleo de Material, Patrimônio e Próprios	1.1 a 31.1
Gilvan de Freitas Bonfim	Chefe do Núcleo de Material, Patrimônio e Próprios	1.2 a 31.12



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

3. O Controle Interno, diante do Relatório de Auditoria 4/2014/DIRAG-I/CONT/STC (fls. 553-565-ap), emitiu o Certificado de Auditoria 99/2014 - COMITÊ/CONT/STC (fls. 567-567v-ap), nos seguintes termos:

*Em face do exposto, certificamos que o Balanço Patrimonial, demais Demonstrações Contábeis e Anexos, que compõem a Tomada de Contas Anual dos Dirigentes da Administração Regional da Ceilândia, relativa ao exercício examinado, podem ser apreciadas pelo egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal, com as ressalvas contidas nos subitens 2.3, 3.1, 3.3, 3.10, 3.11, 3.12 e 3.13 do Relatório de Auditoria, pelo que emitimos o **CERTIFICADO DE AUDITORIA DE REGULARIDADE COM RESSALVAS**. (Grifo do original)*

4. Por meio da Informação 193/2015 – SECONT/3ªDICONTE (fls. 194-204), e Papéis de Trabalho (fls. 191-193), o Corpo Técnico discordou do enquadramento do subitem “3.13 – condições físicas inadequadas do almoxarifado”, conforme PT-II (fl. 193), ao entendimento de que essas falhas não deveriam influenciar nas contas.

5. Considerou, assim, que as falhas adiante descritas, deveriam repercutir como ressalvas nestas contas:

Subitem	Impropriedades
2.3	Dívida com pessoal
3.1	Ausência de estudo de viabilidade na locação de bens
3.3	Projeto básico com definição dos contratados
3.10	Inadequação quanto ao recebimento definitivo das obras
3.11	Ausência de regularização de bens imóveis
3.12	Controle precário do recebimento das concessões de uso de área pública

6. Apontou que o subitem 3.13, abaixo relacionado, não deve influenciar na gestão em apreço:

Subitem	Impropriedades
3.13	Condições físicas inadequadas do almoxarifado

7. Indicou ainda que, em consonância com o Relatório Contábil Anual (fls. 399-406\*), os subitens 1.2 (112192500 – Permissionários a receber) e 3.2 (812310000 – Contratos com Terceiros), devem repercutir como ressalvas nestas contas.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

8. Em relação à Comissão de Inventário Patrimonial, foram apontadas algumas impropriedades: 64 bens com plaquetas extraviadas; 72 bens sem plaqueta de tombamento; 3 lotes de bancas de jornais ocupados por chaveiro e lanchonete; imóveis não incorporados (este ponto foi objeto de apreciação no subitem 3.11 do Relatório de Auditoria).

9. Quanto à eficiência e à eficácia da gestão, o Controle Interno do Distrito Federal examinou o desempenho da unidade, por meio do Relatório de Eficiência e Eficácia nº 04 DIRAG I /CONT/STC, nos seguintes termos:

GESTÃO	EFICÁCIA	EFICIÊNCIA
Orçamentária	Eficaz	Pouco eficiente
Financeira	Eficaz	Razoavelmente eficiente
Contábil	Razoavelmente eficaz	Pouco eficiente
Patrimonial	Razoavelmente eficaz	Pouco eficiente

10. Acerca da documentação relacionada à gestão de materiais, registrou que as condições de armazenamento e segurança dos materiais estocados atendem aos requisitos formais. No que concerne à avaliação sobre eficiência e a eficácia da gestão material, fl. 337, o levantamento atestou pela regularidade e relatou que as observações sugeridas pela comissão anterior foram atendidas.

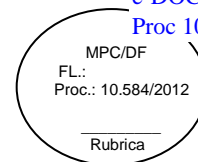
11. No que se refere aos Suprimentos de Fundos, não houve utilização de tais recursos.

12. No tocante aos processos com influência no julgamento das contas, o Corpo Técnico informou que não foram encontradas no Sistema de Acompanhamento Processual Eletrônico (e-TCDF) apurações em curso que possam influenciar no julgamento desta TCA.

13. Quanto às contas dos exercícios anteriores, demonstrou que os processos se encontram nas seguintes situações:

EXERCÍCIO	PROCESSO	COMENTÁRIOS
2008	1.312/11	Audiência com vistas ao julgamento irregular com multa (Decisão nº 3.132/13).
2009	17.789/11	Audiência com vistas ao julgamento irregular com multa (Decisão nº 3.133/13).
2010	19.803/11	Audiência com vistas ao julgamento irregular com multa (Decisão nº 6220/2013).

14. A Unidade Técnica não apontou a existência de deliberações desta Corte pendentes de atendimento.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

15. No que se refere às TCEs, o CT indicou que 3 se encontram em andamento (instauradas em 2007 e 2008).

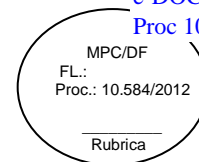
16. Ao final, sugeriu ao Tribunal que:

- I. tome conhecimento da Tomada de Contas Anual da Região Administrativa de Ceilândia – RA IX, relativa ao exercício financeiro de 2011, objeto do Processo apenso nº 040.000.755/2012;
- II. julgue as contas dos responsáveis pela RA IX, referente ao exercício de 2011, da seguinte forma:
  - a) regulares com ressalvas, com fundamento no art. 17, II, da Lei Complementar nº 1/1994, c/c o art. 167, II, do Regimento Interno do TCDF dos indicados:
    - i. no parágrafo 8.4 desta instrução, em função das impropriedades indicadas nos subitens: 2.3 – Dívida com pessoal; 3.1 – Ausência de estudo de viabilidade na locação de bens; 3.3 – Projeto básico com definição dos contratados; 3.10 – Inadequação quanto ao recebimento definitivo das obras e 3.12 – Controle precário do recebimento das concessões de uso de área pública, do Relatório de Auditoria nº 04/2014 DIRAG-I/CONT/STC do Processo nº 040.000.755/2012; bem como das impropriedades relacionadas no Relatório Contábil Anual de 2011: 1.2 – 112192500 – Permissionários a receber e 3.2 – 812310000 – Contratos com Terceiros .
    - ii. no parágrafo 8.5 desta instrução, em função da impropriedade indicada no subitem: 3.11 – Ausência de regularização dos bens imóveis, do Relatório de Auditoria nº 04/2014 DIRAG-I/CONT/STC do Processo nº 040.000.755/2012.
  - b) regulares, com fundamento no art. 17, inciso I, da Lei Complementar nº 1/1994, c/c o art. 167, inciso I, do Regimento Interno do TCDF as contas anuais relativas ao exercício financeiro de 2011 da responsável indicada no § 8.6;
- III. considere, em conformidade com os termos da Decisão Administrativa nº 50/1998 e com o disposto nos incisos I e II do artigo 24 da Lei Complementar nº 1/1994, todos os responsáveis retro indicados quites com o erário distrital, no que tange à presente TCA;
- IV. determine aos dirigentes da Região Administrativa de Ceilândia, na forma do art. 19 da Lei Complementar nº 1/1994, que adotem as medidas necessárias à correção das impropriedades retro descritas, de modo a prevenir a ocorrência de outras semelhantes;
- V. autorize a devolução do apenso nº 040.000.755/2012 à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF e o retorno do feito à Secretaria de Contas para arquivamento.

17. Os autos vieram para manifestação do MPCDF.

18. No que tange aos subitens 2.3, 3.10, 3.11, 3.12 e 3.13, o MPCDF concorda com as conclusões do CT.

19. No tocante aos subitens 3.3 - Projeto básico com definição dos contratados, 3.4 - inconsistência na comprovação de exclusividade e 3.5 – ausência de pesquisa de mercado para contratação de artista, os fatos indicados não podem ser considerados como meras falhas formais. Essas irregularidades traduzem **a inobservância de pressupostos essenciais da regular**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

**contratação, nos termos dos arts. 3º, 25, inciso III, 43, IV, da Lei 8.666/1993** e dão fortes indícios da ocorrência de fraude ao procedimento de seleção objetivando a contratação direta, fazendo transparecer direcionamento incompatível com os **princípios da impessoalidade, da isonomia e do interesse público**, bem como a não comprovação da exclusividade da representação e a justificativa para os preços praticados. Assim, essas questões devem ser objeto de audiência dos responsáveis em momento oportuno.

20. Com relação ao subitem 3.1 – ausência de estudo de viabilidade na locação de bens, entendemos que em relação à locação de estrutura para eventos, não deva ser aplicada as disposições da Decisão Normativa TCDF 1/2011, uma vez que não se trata da aquisição de bens relacionados a atividades fim da unidade, mas de serviços que podem ou não ser realizados a depender da discricionariedade do Administrador.

21. Todavia, da narrativa do Controle Interno sobressai uma irregularidade grave, com possível prejuízo ao erário, que seria a adesão da RA à ata de registros de preços da Defensoria Pública do Estado do **Pará (Pregão Eletrônico 9/2010)** a um custo de R\$ 100,00 o m², para o aluguel de tendas 10x10, ou seja, a diária de R\$ 10.000,00 por tenda.

22. Mostra-se abusivo o preço do aluguel, se compararmos que o Controle Interno apontou que os Pregões 623, 465, 248 e 152/2011 – SUPPLIC/SEPLAN, realizados para **aquisição** de tendas, cotaram a tenda 10x10 a um custo unitário de R\$ 5.093,60, ou seja, se você comprasse a tenda e a utilizasse somente uma vez ainda seria mais barato que locar.

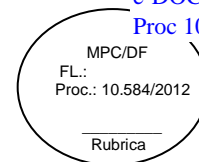
23. Se compararmos o valor dessa locação, com o de outros pregões à época, verificamos a existência de enorme disparidade entre os valores cobrados da Administração Regional da Ceilândia e os praticados em outras atas:

**Ata de Registro de Preços 13/2010 – Comando do Exército**

Descrição	Valor unitário (R\$)/dia
Tenda 10 x 10m modelo pirâmide. Instalação e retirada por conta do fornecedor.	400,00

**Ata de Registro de Preços 10/2011 – Comando da Aeronáutica**

Descrição	Valor unitário (R\$)/dia
Tenda 10 x 10m.	749,50



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

24. Atualmente podemos encontrar outras atas com preços ainda menores:

Ata de Registro de Preços 1/2015 – GDF

Descrição	Valor unitário (R\$)/dia
Tenda 10 x 10m com cobertura piramidal.	700,00

Ata de Registro de Preços 47/2015 – Ministério da Educação

Descrição	Valor unitário (R\$)/dia
Tenda Piramidal, medindo 10 x 10m, constando transporte, montagem e desmontagem.	550,00

Ata de Registro de Preços 35/2014 – Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim

Descrição	Valor unitário (R\$)/dia
Tenda 10 x 10m sem fechamento.	494,00

Ata de Registro de Preços 104/2014 – BRB

Descrição	Valor unitário (R\$)
Tenda 10 x 10m com cobertura piramidal, pode ser utilizada com e sem fechamento.	<b>196,00</b>

25. Observa-se que se compararmos o valor pago com os praticados em outras atas vigentes à época temos um elevado sobrepreço, ainda que utilizemos um valor conservador (R\$ 750,00), da ordem de 1.333%, ou seja, cerca de 13 vezes o valor contratado por tenda. Se considerarmos a outra ata (R\$ 400,00) o sobrepreço é da ordem de 2500%.

26. Verifica-se que existem indícios de irregularidade, bem como de prejuízo ao erário (o total de contratações para eventos perfaz um valor de R\$ 1.327.320,33). Porém, há a necessidade de que sejam trazidos aos autos mais elementos a fim de firmar um juízo seguro sobre a matéria.

27. Cabe destacar que ao que parece<sup>1</sup> as irregularidades aqui relatadas são objetos de vários processos nesta Corte que apuram o sobrepreço na locação de tendas por várias outras administrações regionais (Processos 33.317/2013, 33.325/2013, 33.309/2013, 33.287/2013, 13201/2011 e 33.333/2013) que aderiram a essa mesma ata.

<sup>1</sup> Por isso a necessidade de análise dos processos indicados pelo Controle Interno para verificar os fatos e, se tratam das mesmas irregularidades.





**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

28. Assim, como medida necessária à obtenção de elementos que permitam à c. Corte prosseguir no julgamento desta TCA, bem como possivelmente determinar a abertura/conversão de TCE, **solicito ao i. Relator que, em despacho monocrático, determine o retorno dos autos ao Corpo Técnico** para que sejam solicitados os autos dos processos indicados pelo Controle Interno (subitem 3.1 do Relatório de Auditoria 4/2014/DIRAG-I/CONT/STC, fls. 556-556v), a fim de que a unidade técnica verifique qual o valor pago pela diária de locação das tendas e o quantitativo locado, comparando-os aos praticados no mercado à época, apontando se houve ou não prejuízo.

29. Essa providência se torna necessária diante da gravidade dos fatos e, caso confirmada, deve impactar as presentes contas.

É o parecer.

Brasília, 4 de setembro de 2015.

**CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA**  
Procuradora do MPC/DF